

RELATÓRIO DEVOLUTIVO

**SEMINÁRIO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA
GESTORES E COMUNIDADES DOS CEUs**

Realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014 em Brasília-DF



Coordenação Geral de Mobilização Social e Gestão
Diretoria de Infraestrutura Cultural
Secretaria Executiva
Ministério da Cultura

Fevereiro de 2014

SUMÁRIO

1. SEMINÁRIO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA GESTORES E COMUNIDADES DOS CEUs.....	3
2. PROGRAMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO.....	4
2.1. Mesas e debates do primeiro dia do Seminário	4
2.1.1. Mesa de abertura.....	4
2.1.2. Palestra “Participação Social nas Políticas Públicas”	6
2.1.3. Mesa “Políticas e Programas prioritários para os territórios dos CEUs”	8
2.1.4. Mesa “Projetos piloto de apoio à ocupação dos CEUs”	13
2.2. Mesas e debates do segundo dia do Seminário.....	17
2.2.1. Mesa Temática “Grupo Gestor e Gestão Compartilhada – experiências em andamento de três CEUs inaugurados”	17
2.2.2. Mesas Temáticas “Demonstração do uso do Sistema de Gestão” e “Estatuto do Grupo Gestor e Regimento Interno do CEU”	21
2.2.3. Mesa Temática “Portaria 95/2014 – execução e prestação de contas da etapa de mobilização social”	24
2.2.4. Mesa Temática – Atas Nacionais de Registro de Preço para aquisição de equipamentos e mobiliário	28
2.2.5. Conversa sobre o Sistema Nacional de Cultura e sobre a criação de uma rede de gestores dos CEUs	30
3. AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO PELOS PARTICIPANTES.....	32

1. SEMINÁRIO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA GESTORES E COMUNIDADES DOS CEUs

O Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades dos CEUs foi realizado em Brasília-DF nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014, e contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas em cada dia, entre gestores locais e membros da sociedade civil de cerca de 140 municípios.

O Seminário teve por objetivo integrar um conjunto de ações do Ministério da Cultura no sentido de orientar os municípios contemplados com o Programa CEUs sobre a etapa de obras e aquisição de equipamentos e mobiliário, sobre o processo de mobilização social, a gestão compartilhada e autônoma e a sustentabilidade do equipamento, em prosseguimento aos eventos realizados anteriormente no âmbito do Programa.¹

Na ocasião do evento, os gestores presentes, as lideranças das comunidades e os representantes dos ministérios envolvidos com o Programa tiveram oportunidade de debater e esclarecer dúvidas sobre as fases que integram a implementação dos CEUs, desde as obras até a implantação da gestão compartilhada.

¹ Os eventos e atividades já realizadas no âmbito do Programa foram os seguintes: 1º ciclo de Seminários Regionais, realizado em 2011 e voltado aos representantes do Poder Público dos municípios contemplados com o Programa; Seminário Internacional, realizado em 2012; curso à distância de Gestão de Equipamentos Públicos em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, realizado em dois ciclos, entre 2012 e 2013; 2º ciclo de Seminários Regionais, realizado em 2013, que contemplou 40 municípios que estavam com as obras adiantadas; e 1º Fórum de Gestores e Comunidades dos CEUs, realizado em 2014 na cidade de Natal-RN no âmbito do evento da Teia Nacional da Diversidade.

2. PROGRAMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SEMINÁRIO

Após a apresentação de grupos artísticos oriundos de comunidades dos CEUs na abertura do evento – quais sejam: Congado Moçambique e Twister Crew –, fizeram parte do primeiro dia de Seminário as seguintes atividades, desenvolvidas na ordem em que estão apresentadas:

- Mesa de abertura: Apresentação Institucional – com a Diretoria de Infraestrutura Cultural (DINC) e participação da Ministra Interina da Cultura, além de representantes de ministérios parceiros do Programa CEUs.
- Palestra: Participação Social nas Políticas Públicas – proferida pelo Diretor de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Pedro Pontual.
- Mesa: Políticas e Programas prioritários para os territórios dos CEUs – com participação dos ministérios parceiros do Programa CEUs.
- Mesa: Política Nacional Cultura Viva nos CEUs – com participação da Secretaria Nacional de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.
- Mesa: Projetos piloto de apoio à ocupação dos CEUs – com participação da Secretaria Nacional de Economia Criativa e Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

No segundo dia do Seminário, as atividades foram mais voltadas às questões cotidianas dos gestores e comunidades dos CEUs, com a realização das seguintes mesas temáticas:

- Mesa Temática: Grupo Gestor e Gestão Compartilhada: experiências em andamento de três CEUs inaugurados – com participação de gestores locais dos CEUs.
- Mesa Temática: Estatuto do Grupo Gestor e Regimento Interno do CEU – com participação da equipe técnica da DINC.
- Mesa Temática: Demonstração do uso do Sistema de Gestão – com participação da equipe técnica da DINC.
- Mesa Temática: Execução e prestação de contas da etapa de mobilização social (Portaria 95/2014) – com participação da equipe técnica da DINC.
- Mesa Temática: Atas Nacionais de Registro de Preço para aquisição de equipamentos e mobiliário – com participação da equipe técnica da DINC.
- Conversa sobre o Sistema Nacional de Cultura – com participação da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura – e sobre a criação de uma rede de gestores dos CEUs.

2.1. Mesas e debates do primeiro dia do Seminário

2.1.1. Mesa de abertura

A mesa de abertura contou com a participação de representantes do Ministério da Cultura, especificamente do diretor responsável pela gestão do Programa, Germano Ladeira, e da Ministra da Cultura Interina, Ana Cristina Wanzeler, além de gestores e representantes de ministérios parceiros do Programa CEUs.

O Diretor Germano Ladeira (Diretor de Infraestrutura Cultural - Secretaria Executiva do Ministério da Cultura) iniciou o trabalho da mesa ressaltando a importância da retomada da capacitação oferecida aos municípios especialmente levando-se em conta a maior quantidade de CEUs inaugurados:

“(...) [O CEU] é um espaço que permite uma explanação gigantesca. E é em cima disso que nós estamos organizando esse seminário, retomando as tratativas de continuidade da capacitação dos gestores dos municípios para que então, nesse momento em que temos já um bom número de CEUs inaugurados, nós possamos juntamente aos Ministérios parceiros, levar ações de desenvolvimento e capacitação para dentro dos territórios municipais.”

Representando o CEU inaugurado de Toledo-PR, Magda Ritter (Gestora do CEU de Toledo-PR) falou sobre as experiências do processo de implementação do CEU de seu município e sobre as atividades em andamento no equipamento. Além disso, ressaltou que é preciso cuidado por parte dos gestores locais para que o equipamento não seja inutilizado.

O representante da Caixa Econômica Federal, Júlio César Paixão Lopes (Superintendente Nacional de Transferência de Recursos Públicos e Representante da Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento), salientou a importância do Programa, que cria a oportunidade de transformar uma obra em um benefício social.

Do Ministério do Trabalho e Emprego, Rafael Galvão (Diretor do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego) falou da importância de dar sustentabilidade ao equipamento, além de ressaltar o comprometimento de seu ministério de origem com o Programa.

Cristina Gross Villanova, do Ministério da Justiça (Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública), discorreu sobre o trabalho de articulação entre ministérios e entes federados e sobre o pensar coletivo para a melhor utilização dos espaços.

Representando o Ministério dos Esportes, Andréa Nascimento Ewerton (Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social) ressaltou a importância da infraestrutura para consolidação de políticas públicas, mencionando tanto os Centros de Iniciação Esportiva quanto os CEUs.

Valéria Maria de Massarani Gonelli (Secretária Nacional de Assistência Social Substituta), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destacou o propósito dos CEUs como espaços de integração de políticas, além de ressaltar o desafio da intersectorialidade.

“(...) mas eu acho que agora nós precisamos construir o lócus intersectorial dessa proposta para que, de fato, a gente não tenha essas ameaças colocadas pela Magda de últimos eventos, ou seja, de que a gente se frustre nessa tentativa nacional de construção de espaços intersectoriais de atendimento a população.”

A última fala da mesa de abertura foi da Ministra da Cultura Interina, Ana Cristina Wanzeler, que ressaltou o papel da sociedade no trabalho conjunto com o poder público, na ocupação dos equipamentos e na cobrança de resultados.

“Agora, quem principalmente tem que cobrar isso é a sociedade, somos nós, enquanto cidadãos, enquanto comunidade, a gente tem que perseguir, a gente tem que batalhar, a gente tem que insistir, e se for o caso criar uma linha de correspondência direta. Eu tive a carta, mas o e-mail chega bem mais rápido, que encham os e-mails da gente dizendo, denunciando, para que a gente não permita que esse tipo de coisa aconteça. Nós, enquanto sociedade, enquanto cidadãos, temos que trabalhar conjuntamente nesse propósito.”

De maneira geral a mesa enfatizou a vocação intersetorial do Programa e a importância da articulação entre ministérios para a sustentabilidade dos equipamentos e para o desenvolvimento do potencial de transformação social dos territórios onde os equipamentos estão instalados.

2.1.2. Palestra “Participação Social nas Políticas Públicas”

Ainda na parte da manhã, foi proferida a palestra “Participação Social nas Políticas Públicas” por Pedro Pontual, Diretor de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República.

Pontual ressaltou a importância da Política Nacional de Participação Social, instituída por decreto presidencial em maio de 2014, que visa à consolidação dos mecanismos de participação e consulta pública em prática no país desde a Constituição de 1988. Após a exibição de um vídeo contando a história da construção da Política Nacional de Participação Social, Pontual frisou que refletir sobre a importância da participação social em um programa intersetorial como o Programa CEUs é um dos meios para concretização da Política:

“Portanto, pensar a questão da importância da participação social neste programa é uma das formas de concretizar a Política Nacional de Participação Social.”

A partir desta introdução, Pontual discutiu caminhos para efetivar participação social enquanto método de gestão democrática em programas como o Programa CEUs. Como primeiro aspecto importante para esta efetivação, há o reconhecimento de da participação social enquanto um direito do cidadão. Em segundo lugar, Pontual afirmou que, na medida em que a participação social cria espaços para a troca de saberes, agrega qualidade na execução do projeto, o que pode ser gerado, no caso do Programa CEUs, pelo grupo gestor tripartite, que propicia o processo de aprendizagem da comunidade, sociedade civil organizada e gestores por meio de uma nova forma de trabalho, com diálogo social presente.

“Sem dúvida as experiências têm mostrado que é no território onde essa qualidade proporciona aquilo que muitas vezes a gente não consegue nem sempre com a mesma fluidez uma articulação intersetorial no nível das políticas, ou dos órgãos responsáveis pelas políticas. A experiência tem mostrado que no território esta intersectorialidade,

quando agregada a um processo de participação, ela se torna muito mais eficiente e eficaz, e por isso a importância dessa experiência no território.”

Pontual também falou sobre elementos da pedagogia da participação social nos territórios: sobre a importância de se desenvolver metodologias para a participação social que possibilitem um diagnóstico conjunto da realidade social local; sobre as linguagens utilizadas pela metodologia de participação social para que ela se torne ao mesmo tempo prazerosa, eficiente e emancipatória; sobre o processo da participação social em todas as etapas do ciclo das políticas públicas; e sobre a importância da articulação local e do envolvimento de instâncias municipais institucionalizadas de participação social, como os conselhos.

No encerramento da palestra e concluindo as atividades da parte da manhã do primeiro dia de Seminário, o público foi convidado a participar do debate sobre os temas apresentados.

As perguntas direcionadas ao palestrante foram as seguintes: Como fazer articulação para uma gestão compartilhada eficiente? Como lidar com conflitos entre diferentes atores presentes no território após a inauguração do equipamento? Como lidar com usuários que desvirtuam a finalidade do equipamento (no caso, crianças que faltam às aulas para ficar no equipamento ou adolescentes que usam drogas nos espaços do CEU)?

O palestrante pontuou que a existência de conflitos é quase inerente aos processos de participação social e que devem ser buscadas soluções democráticas para tais conflitos. Ainda, ressaltou que não existe sociedade pronta para este tipo de processo de mobilização social, que isso é uma construção coletiva entre gestores, comunidade e sociedade civil organizada:

“Eu diria o seguinte: não existe uma sociedade que está preparada para isso. O problema é nosso, enquanto gestores, enquanto comunidade, enquanto sociedade civil organizada, de fazer da constituição desses equipamentos processos de mobilização social da comunidade e de educação popular, para que efetivamente a comunidade possa compreender a dimensão daquele equipamento, possa se apropriar daquele equipamento como um equipamento seu, um equipamento a serviço da comunidade. Isso não se faz sem mobilização social, sem um processo de educação popular.”

Em relação aos usos inadequados do equipamento por determinados públicos, Pontual acredita que o ideal seja incorporar estes públicos ao projeto, criando a percepção de apropriação e de pertencimento.

Embora algumas perguntas sobre o processo de participação social tenham sido feitas, desde o primeiro momento aberto ao debate no Seminário as perguntas mais recorrentes foram aquelas relacionadas às questões cotidianas vivenciadas pelas comunidades e gestores locais dos CEUs, evidenciando os assuntos que estes atores gostariam de tratar ao longo do Seminário. Algumas questões levantadas neste momento foram: questionamentos sobre a planta única e a padronização do equipamento para realidades e condições muito distintas em todo o país; explicitação das dificuldades de conseguir informações e se comunicar com a Diretoria responsável pelo Programa; e questionamentos sobre os projetos de ocupação, insuficientes para o suporte ao município em termos de sustentabilidade do equipamento.

Neste sentido, o Diretor Germano Ladeira e a Coordenadora-Geral de Mobilização Social e Gestão do Programa, Isadora Tami, esclareceram alguns pontos, mencionando que as questões levantadas seriam esclarecidas de maneira pormenorizada nas mesas temáticas do Seminário.

2.1.3. Mesa “Políticas e Programas prioritários para os territórios dos CEUs”

Na parte da tarde do primeiro dia de Seminário, os ministérios envolvidos com o Programa CEUs – incluindo os parceiros na concepção do programa e envolvidos em momentos posteriores à concepção, como é o caso do MCidades – puderam mostrar seus programas e políticas voltados para os territórios dos CEUs. Participaram desta mesa representantes do Ministério das Cidades, Ministério do Esporte, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Juventude.

Representando o Ministério das Cidades, Mirna Quinderé Belmino Chaves (Diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional de Habitação) apresentou a Política Nacional de Habitação, o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários e as modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida.

Além disso, Mirna Chaves apresentou a definição de “Trabalho Social”, iniciativa que perpassa todos os programas do Ministério das Cidades e definida da seguinte forma:

“É um conjunto de estratégias, processos e ações a partir de estudos e diagnósticos, diagnósticos integrados e participativos do território, nas dimensões social, econômica, produtiva, cultural, ambiental e político institucional.”

A estratégia do Trabalho Social deste ministério é composta por quatro eixos de ação: acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; mobilização, organização e fortalecimento social; e desenvolvimento socioeconômico. Os dois últimos itens são eixos que, de acordo com a expositora, necessariamente precisam do trabalho de integração entre políticas.

Após a explanação sobre as ações de seu ministério de origem, Mirna Chaves apresentou um trabalho conjunto entre MinC e MCidades no sentido de verificar as convergências territoriais entre as intervenções de habitação e os CEUs.

Por fim, Mirna Chaves listou desafios relativos aos Programas do MCidades e relativos à integração dos programas. Neste sentido, apontou para o desafio da sensibilização dos gestores das intervenções de habitação no sentido de visualizar possibilidades de arranjos intersetoriais locais:

“E como desafio, assim, em todos os casos, nos programas, no caso programas habitacionais, no Ministério da Cultura não é muito diferente, os nossos programas precisam de atores locais, que saibam fazer essa leitura e essa integração na ponta. E eu acho que o principal é que haja sensibilização do Gestor da intervenção para

visualizar essas possibilidades, e que possa potencializar os investimentos nos territórios, agregando tanto Política de Cultura, como Política de Educação, Saúde, nessas áreas de produção da Política Habitacional.”

Representando o Ministério do Esporte, Andréa Nascimento Ewerton (Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social) apresentou a experiência de implementação de equipamentos esportivos do Programa Centros de Iniciação Esportiva (CIEs), experiência que pode dialogar com o Programa CEUs, por serem propostas muito parecidas metodologicamente, com a diferença de que os CIEs têm a centralidade na questão das atividades esportivas. Além disso, apresentou programas sociais que o Ministério dos Esportes desenvolve, e que podem estar presentes nos CEUs.

O Programa Segundo Tempo (PST), que é voltado ao público escolar, possui as seguintes modalidades: o Segundo Tempo Universitário, desenvolvido em parceria com universidades públicas e voltado à comunidade acadêmica; o Segundo Tempo Adaptado, também desenvolvido em parceria com universidades públicas, mas voltado prioritariamente a crianças, adolescentes e jovens com deficiência e/ ou necessidades especiais; o Segundo Tempo Navegar, desenvolvido em Estados como Pará, Acre, Amazonas, em comunidades ribeirinhas, com foco na democratização do acesso a práticas esportivas náuticas; o Segundo Tempo Esporte na Escola, desenvolvido em parceria com o Programa de Educação Integral Mais Educação do Ministério da Educação; e o Segundo Tempo Forças no Esporte, desenvolvido em parceria com o Ministério da Defesa, que disponibiliza infraestrutura esportiva e administrativa das Organizações Militares à comunidade, para o desenvolvimento do PST Padrão.

Além do Programa Segundo Tempo, outros programas que Andréa Ewerton apresentou como compatíveis com o Programa CEUs são: o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que visa proporcionar práticas de atividades físicas e de lazer para públicos de idades diversificadas em áreas urbanas e para povos e comunidades tradicionais, estimulando a convivência, a formação de lideranças e a socialização; e o Vida Saudável, dimensão do PELC destinado especificamente à população acima de 60 anos.

Ademais, foi colocada à disposição dos CEUs a Rede de Fomento dos Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES), que em parceria com universidades tem o objetivo de estimular a produção e difusão de conhecimentos para a qualificação das políticas públicas de esporte recreativo e de lazer.

“Essa rede está à disposição dos CEUs, no sentido de formação de gestores, no sentido de pesquisas de avaliação desse território, no sentido de implementar pesquisas e levantamentos de dados, de como esse território pode verdadeiramente se articular e se integrar.”

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Manoel Eugênio de Oliveira (Analista Técnico de Políticas Sociais do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego), apresentou propostas de serviços relacionados ao Trabalho e Emprego

que podem ser ofertados nos CEUs de maneira célere, sem demandar complexidade na implementação das ações:

“(...) nos propomos atuar com aquelas ações que não demandam, ainda, uma grande estruturação, mas podem ser mais imediatas para atuarmos.”

As propostas de ações a serem ofertadas aos CEUs que Manoel de Oliveira mencionou foram as seguintes: qualificação profissional (mediante a execução do PROJOVEM Trabalhador e do Programa Nacional de Qualificação); orientação profissional (orientação vocacional de jovens); aprendizagem profissional e estágio; emissão de Carteira do Trabalho e Previdência Social; habilitação ao seguro-desemprego; inserção no mercado de trabalho; atendimento preliminar de crianças e adolescentes afastados do trabalho infantil e encaminhamento aos órgãos competentes; fomento ao empreendedorismo e ao crédito para a geração de trabalho, emprego e renda; fomento e assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário e associado.

Em relação à forma de operacionalização dessas ações nos CEUs, o interlocutor deste ministério afirmou que poderão ser realizadas a partir de unidades fixas ou móveis de atendimento, e que os instrumentos serão acordos de cooperação técnica (no caso de não envolverem recursos) ou convênios (no caso de envolverem recursos), celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o município, com a interveniência do Ministério da Cultura.

A representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Lea Lúcia Cecílio Braga (Diretora do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social), iniciou sua fala discorrendo sobre a Política Nacional de Assistência Social, que se assenta em uma responsabilidade federativa tendo o município um papel central. Para a diretora, embora se reclame do fato de que trabalhar com Assistência Social é algo difícil, isso é resultado de um sistema, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se por um lado padroniza resoluções e orientações normativas, por outro leva equitativamente os serviços da assistência social para todo o Brasil.

Segundo Lea Braga, o trabalho da assistência social, especialmente no que tange ao principal serviço da Proteção Social Básica ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social, se desenvolve tendo em vista dois aspectos principais: a família e o território. Além disso, a diretora ressaltou que há necessidade de diálogo com outras políticas públicas, quando a Assistência Social é compreendida em seu papel mais abrangente.

“(...) estamos em um processo de traduzir a Assistência Social como uma Política Pública, como um setor forte que se assenta numa relação de centralidade no trabalho com as famílias, na lógica do território, que aqui a mesa já bem colocou, e também na ação intersetorial.”

“Então, partindo desse pressuposto, de compreender a Assistência Social de uma forma mais ampla, nós vamos dialogar, de que forma que esta política vai fazendo e garantido ações intersetoriais, e trabalhando na perspectiva de que a proteção social esteja presente no conjunto dos municípios brasileiros.”

Em relação aos CEUs Lea Braga mencionou que, na medida em que os equipamentos se materializam, é importante pensar sua relação com a Política de Assistência Social no território, por meio do SUAS. Os Centros de Referência da Assistência Social neste sentido têm um papel central, uma vez que são equipamentos articuladores de ações para as famílias dos territórios em que estão instalados, além de servirem para implementar ações de intervenção e preventivas, desde a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) até a gestão da proteção social básica no território.

Além disso, a diretora ressaltou o papel fundamental do coordenador do CRAS na gestão das ações, uma vez que o coordenador é a “alma” da oferta de serviços, da articulação e das possibilidades de ação no território.

A interlocutora do Ministério da Justiça, Cristina Gross Villanova (Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública), também apresentou ao público presente no Seminário propostas de Programas do ministério que podem ser direcionados aos CEUs: o Mulheres da Paz e o Proteção de Jovens em Território Vulnerável – ambos os projetos foram criados por meio de Lei Federal no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Cristina Villanova explanou sobre os objetivos principais do Mulheres da Paz, que são a prevenção da violência doméstica e de gênero, a mobilização comunitária e a articulação com redes locais de atendimento, além da prevenção à violência juvenil. A participação das mulheres é condicionada a alguns requisitos, e as mulheres do projeto passam por um processo formativo para posteriormente realizarem o trabalho nas comunidades, mapeando e visitando famílias, realizando oficinas, auxiliando na resolução de conflitos e problemas, etc.

O Proteção de Jovens em Território Vulnerável é um programa que agrega jovens que tenham passado por medida socioeducativa ou que sejam egressos do sistema prisional, com finalidade de criar uma Rede de Proteção. Os jovens passam por um período de formação com objetivo de garantir uma mudança em seu percurso formativo, visando à proteção, à pacificação, à emancipação juvenil, e à inclusão desses jovens em outras práticas sociais.

De acordo com Cristina Villanova, uma das maiores dificuldades dos projetos apresentados é encontrar locais adequados nos municípios para realização das atividades de formação, e neste sentido o CEU é uma oportunidade para o desenvolvimento dessas atividades. Visando ainda a criação da Rede de Proteção, as localidades dos CEUs e o fato deles incluírem os CRAS torna a intersecção destes projetos com os CEUs ainda mais conveniente, como nota-se na fala da diretora:

“(…) para nós é fundamental, porque uma das grandes dificuldades que a gente encontra, principalmente com os municípios, é a locação de espaço para o desenvolvimento dessas atividades. Então esse problema, a gente não tem mais com relação ao CEU. Já tem um local adequado para a realização dessas capacitações. Fora que, todo o projeto está muito voltado também na formação de uma rede de proteção para esse grupo, ou seja, se nesses espaços já tem unidades da área do SUAS, o CRAS, ou outras situações de atendimento, como atividades socioeducativas, para nós é fundamental, considerando o público alvo que faz parte dos nossos projetos.”

Kathyana Buonafina, da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, falou de uma das principais pautas desta secretaria na última gestão, que é o Plano Juventude Viva.

A expositora apresentou dados de pesquisa realizada pela secretaria, em que a maior preocupação dos jovens é a violência. Além disso, apresentou dados mostrando que a violência é mais frequente entre jovens, negros, e em regiões específicas do país.

Assim, o objetivo do Plano Juventude Viva é o de reduzir a vulnerabilidade dos jovens negros à violência e prevenir a ocorrência de homicídios. O Plano, em alguns Estados é realizado por adesão pactuada, em consonância com os indicadores de violência nos territórios. Em outros casos a adesão é voluntária, sendo que o Plano não é um convênio, e sim um estratégia de articulação de políticas focalizadas no território.

Neste sentido, Kathyana Buonafina destaca a importância que o CEU pode ter para colocar o Plano em prática no território:

“A estratégia é promover e integrar as ações do governo federal, com foco em transformações de territórios federais. Por isso é tão importante o CEU das artes. Ele entra nesse eixo, na criação de oportunidades, de inclusão social também para os jovens, e o no enfrentamento ao racismo nas instituições.”

Ainda no âmbito do Plano Juventude Viva, há a ideia de se implementar Núcleos de Articulação Territorial, que podem ser articulados dentro dos CEUs. De acordo com a expositora, o núcleo seria um local em que gestores das políticas de diferentes áreas no território, juntamente com a comunidade e com lideranças locais possam se reunir e discutir estratégias para o território, e neste sentido os CEUs são estratégicos para o Plano.

Após a exposição da Secretaria Nacional de Juventude, o público foi convidado a participar do debate. Alguns participantes fizeram perguntas sobre como efetivar a implantação dos projetos apresentados pelos ministérios parceiros no âmbito municipal dentro dos CEUs, dadas as dificuldades financeiras, burocráticas, de pessoal e problemas internos para efetivação de ações intersetoriais no município. Um participante perguntou se é possível que o convênio com os projetos apresentados seja feito diretamente com o CEU, no caso do CEU ter CNPJ.

Além disso, foi solicitada a divulgação dos projetos dos ministérios parceiros para os prefeitos municipais de forma mais eficaz, para que eles entendam a importância dos projetos que podem ser implementados no território e junto aos CEUs.

Uma pergunta direcionada à interlocutora do MDS foi sobre a possibilidade de haver orientações normativas sobre a atuação do CRAS e seus profissionais nos CEUs, uma vez que ações do CRAS como o CadÚnico e a inscrição no Bolsa Família absorvem todo o tempo de trabalho dos profissionais e a intersetorialidade acaba sendo apenas física, pela presença do CRAS no equipamento.

A representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Lea Braga, respondeu que haverá orientações normativas para nortear os municípios em relação às perspectivas das

especificidades dos CRAS nos CEUs, mas que ainda há caminhos a serem percorridos, como o fortalecimento do grupo interministerial e a realização de acordos antes de divulgar orientações específicas.

A representante do Ministério da Justiça frisou que a integração entre políticas é um processo é trabalhoso. Em relação ao CNPJ, respondeu que o município identifica quem vai ser o ente conveniado, ou qual secretaria, e que tendo o CEU um CNPJ, ele pode sim ser interveniente no convênio.

Andrea Ewerton, do Ministério do Esporte, também mencionou a dificuldade de se implementar políticas intersetoriais, especialmente no âmbito federal. Além disso frisou que não existe receita pronta para a intersectorialidade funcionar, e que deve-se ter vontade política.

“Intersectorialidade está mais escrita do que vivida, todos nós sabemos disso. E ela só consegue ser vivida quando a gente acredita nela.”

“(…) se é difícil ser intersectorial, integrada e articulada no território município, imagine o Governo Federal para fazer isto com cinco mil e tantos municípios. Então, a gente não tem mão única. É uma rua de mão dupla. Não tem modelo. Não tem receita de bolo. Tem iniciativa, tem vontade política, tem determinação de homens e mulheres em fazer. As políticas, que são políticas de estado, e tem verba vinculada, superam essa fase inicial das diferenças voluntárias.”

Os representantes da DINC mencionaram que, no que cabe ao âmbito federal, há a tarefa de fortalecer o grupo interministerial, selecionar programas mais adequados e efetivar uma portaria com ações que podem ser levadas aos CEUs.

2.1.4. Mesa “Projetos piloto de apoio à ocupação dos CEUs”

Na última mesa do primeiro dia de Seminário, o Ministério da Cultura apresentou os projetos piloto de apoio à ocupação dos CEUs que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Economia Criativa (SEC), bem como discutiu as convergências dos CEUs com o Programa Cultura Viva, sob a gestão da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC).

O Secretário de Economia Criativa do Ministério da Cultura, Marcos André, antes de discorrer sobre os projetos de apoio à ocupação dos CEUs, que são projetos piloto nas áreas de música, audiovisual, teatro, dança e cultura digital, apresentou outras duas ações da secretaria.

A primeira ação constitui-se nas “Incubadoras Brasil Criativo”, que de acordo com o Secretário são escolas gratuitas de formação de gestores culturais populares que façam parte de ONGs ou grupos artísticos. As incubadoras capacitam os gestores em diversos assuntos, desde a instituição de ONGs ou produtoras culturais, até a elaboração de projetos para participação em editais, captação e fontes de recursos e prestação de contas.

“Já existem nove incubadoras inauguradas da Rede Brasil Criativo, em nove estados do Brasil.”

A segunda ação é o Programa de intercâmbios culturais “Conexão Cultura Brasil”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério das Relações Exteriores. Podem participar dos editais do Programa diversos agentes culturais que buscam formação técnica ou intercâmbio de graduação e pós-graduação. O Secretário informou que, na ocasião do Seminário, já estavam sendo contempladas 400 pessoas.

“Então, ele é muito rico, pode tudo nesse edital. Como tem que ser um edital de cultura. Podem ir artistas, pode um gestor de uma biblioteca fazer um estágio em uma biblioteca em Londres, ou um diretor de um museu, uma museóloga, fazer estágio em um museu em Abu Dhabi, no Oriente Médio. Então, ele é muito generoso.”

Em relação aos projetos piloto de ocupação dos CEUs, o Secretário afirmou que havia seis projetos sendo implementados, totalizando dezesseis milhões de reais, a maior parte em parceria com Universidades e com finalidade de apoiar a ocupação dos CEUs já inaugurados.

“Vale lembrar que todos os programas que eu vou apresentar agora são piloto. A nossa ideia é ano que vem começar a expandir isso para um número maior de CEUs, e a gente usou como critérios os CEUs que já estão inaugurados, sedentos por algum apoio para ocupação. Então a gente vai começar pelos CEUs que estão inaugurados, ou que serão inaugurados até dezembro (...). E aí, ano que vem a gente começa em ordem de inauguração a lançar a extensão desses programas para um número maior de CEUs.”

O primeiro projeto, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Goiás, é o Programa Nacional de Formação Musical, que visa implementar orquestras em dez CEUs. O segundo, o projeto FUNARTE de ocupação, consiste em um edital para ONGs que se inscreveram para realização de projetos diversos de ocupação em CEUs por seis meses, sendo vinte e sete CEUs contemplados na primeira etapa. O terceiro são os Laboratórios Multimídia, projeto desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, que levará a dez CEUs cursos de produção de conteúdos digitais. A ideia é transformar o Telecentro num laboratório multimídia de produção de conteúdos digitais, de aplicativos, jogos, animação, audiovisual e de música. A quarta ação, desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do ABC, é a instalação de cineclubes em dez cineteatros dos CEUs, usando como critério de escolha do CEU a proximidade com cineclubes existentes. Uma quinta ação, para formação em teatro e dança, será um processo licitatório para escolha de uma produtora cultural que implementará cursos em dez CEUs, a fim de formar dez Companhias de teatro e dança. A sexta ação, que também será desenvolvida por meio de processo licitatório, é a ocupação de quinze bibliotecas para ampliação de acervo, qualificação de bibliotecários e agentes de leitura, realização de oficinas, saraus e rodas de leitura.

Pedro Vasconcelos, Secretário de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, discorreu sobre os pontos e pontões de cultura e suas convergências com os CEUs. Antes de adentrar no tema das convergências o Secretário falou um pouco sobre a dimensão da cidadania e da diversidade cultural e sobre o Programa Cultura Viva, que completou dez anos.

Em relação à dimensão da cidadania e da diversidade cultural, Pedro Vasconcelos frisou que a produção cultural, artística, criativa e de conhecimento vem da sociedade e não do Estado, e

que o Programa Cultura Viva foi criado partindo desta premissa, invertendo então uma lógica tradicional de criação de políticas que nascem de cima para baixo.

“(…) quem produz cultura é a sociedade. Não é o Estado, não é o Governo, não são as prefeituras, não são os Governos Estaduais, não é o Governo Federal. Então, a partir da premissa de que quem produz cultura e arte, a criatividade e o conhecimento está na sociedade, então, era importante construir um programa, no âmbito do Ministério da Cultura, que reconhecesse e identificasse essas potencialidades que estão colocadas lá na Sociedade Civil.”

Em relação às convergências entre os dois programas, o Secretário acredita que a infraestrutura cultural é fundamental para que as potencialidades culturais da sociedade civil se sobressaiam e tenham espaço para expandir sua atuação e criar redes.

“(…) bom, nós temos um déficit enorme de infraestrutura cultural no Brasil, assim como em outras questões. Nós podemos identificar em municípios pequenos, municípios médios, no interior, nas zonas rurais, um déficit enorme de equipamentos públicos. Mas, de uma maneira geral, na área cultural, isso ainda é mais grave.”

“Nós podemos promover, no meu entendimento, uma... aproveitar essa contribuição conceitual do Cultura Viva para o desenvolvimento dessas atividades nos CEUs e desse diálogo, porque esses grupos precisam de espaços para se apresentar. Então, a gente suprir o déficit da infraestrutura cultural é fundamental para que essa criatividade se expresse, ou seja, não é contraditório, com a ideia de ativar as potências e de reconhecer que a sociedade já produz cultura, que a gente tenha que construir espaços e cada vez mais ter palcos, ter cinemas, ter teatros, ter espaços culturais para que essa criatividade possa se expressar.”

Pedro Vasconcelos ainda pontuou que embora os pontos e pontões de cultura possam estar fisicamente um pouco distantes dos territórios e bairros em que estão os CEUs, em outro local da cidade, os pontos de cultura tem recurso público para desenvolvimento de atividades, e essas atividades podem ser desenvolvidas nos CEUs. Além disso, mencionou que há outros encaminhamentos sendo discutidos no âmbito do Ministério da Cultura, como o CEU fazer parte da rede de parceiros do Programa Cultura Viva, que hoje só contempla universidades, e os gestores dos CEUs fomentarem as redes dos pontos e pontões de cultura.

Após a explanação de Pedro Vasconcelos, o debate foi aberto aos participantes. Como em outras mesas, perguntas recorrentes em relação ao cotidiano de comunidades e gestores locais dos CEUs – em obras ou em fase de conclusão – também foram feitas: como ter acesso ao conteúdo da formação online que foi oferecida pela Fundação Getúlio Vargas para os gestores de CEUs? Qual a orientação a ser seguida em relação à adesão ao pregão realizado pelo Ministério, pois há uma defasagem entre os valores repassados para compra de mobiliário e equipamentos e os valores praticados atualmente? Os rendimentos dos valores repassados podem ser utilizados para aquisição de mobiliário e equipamentos?

As perguntas direcionadas à Secretaria de Economia Criativa foram as seguintes: É possível trazer “braços” das incubadoras para dentro dos CEUs do interior, devido às dificuldades que

estes municípios encontram? Como se dará a adesão aos projetos de ocupação? Haverá editais e maneiras dos CEUs demonstrarem interesse nos projetos? O projeto de ocupação de teatro e dança será para criação de novos grupos ou fomento dos existentes? Como é a comunicação oficial e a convocação para reuniões para quem foi contemplado com projetos de ocupação?

As perguntas direcionadas à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural foram as seguintes: Como poderá ser desenhada e estruturada a criação de novos pontos e pontões e suas intervenções nos CEUs? Como encontrar pontos de cultura? Como prestar contas dos recursos recebidos pelos pontos e pontões quando as atividades forem desenvolvidas nos CEUs?

O diretor da DINC, Germano Ladeira, respondeu às questões cotidianas específicas do programa. Em relação à aquisição de mobiliário e equipamentos, frisou que a haveria uma mesa temática no dia seguinte para tratar do assunto, mas que rendimentos poderiam ser utilizados pensando na adequação de preços, e que devido aos atrasos das obras, no planejamento da DINC pretende-se prorrogar o prazo até 2015. Em relação ao curso online, apontou que o curso foi transformado em CD e que poderia ser distribuído a quem tiver interesse.

O Secretário Marcos André mencionou que seria difícil que as incubadoras estivessem presentes nos CEUs neste momento, em cerca de 350 municípios, uma vez que o foco é o fortalecimento das incubadoras existentes e a criação de pelo menos uma incubadora por Estado. Em relação às companhias de dança e teatro, o Secretário afirmou que a ideia é aproveitar o potencial local existente. No caso do município não possuir companhia, ela poderá ser criada, e, no caso de já existir, ela será fomentada para criação de novas vagas. Explicou também que alguns CEUs contemplados com projetos de ocupação ainda não foram chamados para reunião, mas que não há exclusão, e que os critérios para seleção dos CEUs para receberem os primeiros projetos piloto de ocupação são a condição de inauguração até dezembro de 2014 e o mapeamento da vocação regional.

Pedro Vasconcelos, respondendo às perguntas que fizeram referência a novos editais, à ampliação da rede de pontos de cultura e ao desenvolvimento de trabalhos de pontos de cultura em CEUs, mencionou que a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural está firmando uma série de novos convênios com estados e municípios que possuem uma lógica diferente da anterior. Serão os estados e municípios os entes que vão lançar os editais para seleção de entidades, e que os editais serão elaborados na modalidade premiação, que desburocratiza, simplifica a prestação de contas e não restringe a ação das entidades, que não precisarão se fixar num plano de trabalho que não poderá ser modificado. Dessa forma, não tendo que deterem-se ao plano de trabalho, os pontos poderão desenvolver ações em CEUs mesmo que isso não esteja definido a priori, porque terão a liberdade de modificar o local das oficinas se fizerem parcerias com os CEUs, sem prejuízos ao ponto. Porém isso não vale para os que foram contemplados anteriormente, que devem ater-se ao plano de trabalho.

2.2. Mesas e debates do segundo dia do Seminário

2.2.1. Mesa Temática “Grupo Gestor e Gestão Compartilhada – experiências em andamento de três CEUs inaugurados”

A primeira mesa do segundo dia do Seminário apresentou as experiências de CEUs inaugurados, contando com a participação de representantes dos CEUs dos municípios de Anápolis-GO, Maricá-RJ e Sete Lagoas-MG.

A Coordenadora-Geral de Mobilização Social e Gestão da Diretoria de Infraestrutura Cultural, Isadora Tami, iniciou as falas da mesa dizendo que os expositores compartilhariam sua experiência com os gestores de CEUs não inaugurados sobre como está o funcionamento do CEU, como foi resolvida a questão dos recursos humanos, como foi a constituição do grupo gestor, como está a relação com a comunidade, e como se dá a intersectorialidade dentro do espaço.

A gestora da área de cultura do CEU Sete Lagoas, Márcia Ribeiro, enfatizou que a gestão compartilhada vem sendo construída em um processo contínuo de diálogo entre o poder público e a sociedade civil, sendo fundamental para o enfrentamento de desafios do território onde o CEU está instalado.

Ela considera que a gestão compartilhada faz com que se desenvolva um importante vínculo entre comunidade e poder público, e que a comunidade procura o grupo gestor para resolução de problemas, para dividir dificuldades e anseios. Além disso, Márcia Ribeiro acredita que devem ser chamados para compor o grupo gestor pessoas que são respeitadas dentro da comunidade e que compreendem a seriedade do trabalho dos CEUs. Assim, com envolvimento de todos, garante-se a sustentabilidade do equipamento, pois a comunidade percebe que o equipamento pertence a ela, zela pelo equipamento, e apoia a gestão garantindo a realização de atividades que o município muitas vezes não consegue oferecer. De acordo com a gestora:

“(...) a gente consegue sobressair a muitas coisas que o município não cumpre quando, por exemplo, eu falo que a maioria dos meus oficinairos são voluntários porque o município não fez as contratações. Então se eu estivesse aguardando o município até hoje contratar, capoeira, dança, esporte e etc., a gente não estava funcionando e seria a situação que a colega colocou ontem, do elefante branco. Nós não temos um elefante branco lá em Sete Lagoas porque a sociedade civil se apoderou do lugar, e nós empoderamos a sociedade civil para que ela se sentisse dona daquilo ali, e de fato é dela.”

Em relação à questão da violência na comunidade, a gestora frisa que a presença do CEU e da gestão compartilhada no território não resolve problemas de violência, e que isso é um processo de transformação de longo prazo. Mas mesmo com a violência existente nas áreas de vulnerabilidade social onde os CEUs estão instalados, a comunidade empoderada respeita o ambiente.

Para Benedito Pereira da Silva, gestor do CEU de Anápolis, a população ainda não se adaptou à gestão compartilhada. Ele acredita que, embora o CEU de Anápolis tenha desenvolvido bem o trabalho de mobilização social, não existe uma participação ativa da gestão compartilhada,

que ainda está em processo de construção. Benedito Silva falou que isso se deve ao fato de ainda não se perceber os benefícios que isso pode gerar, e que a ideia de participação social ativa nas políticas ainda é muito recente e estranha à sociedade.

Além disso, Benedito Silva enxerga que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, desde a sensibilização da administração pública municipal, até o atendimento da demanda de atividades no equipamento – por exemplo, no que tange à demanda noturna, quando o equipamento lota e além da internet não há estrutura ou pessoal para realizar atividades.

Acredita ainda que as propostas trazidas pelos ministérios parceiros ajudarão na superação dos desafios existentes:

“(…) com a exposição dos Ministérios que fazem parte dessa proposta de intersectorialidade, se a gente começar a trazer essas atividades, a gente vai fazer com a comunidade acredite, e acreditando ela vai participar mais, exatamente porque você estará tendo ali grandes ofertas que vão possibilitar várias opções para que participem os jovens, participem os adultos (…)”

Já o gestor do CEU de Maricá, William Campos, acredita que a gestão compartilhada não é bem recebida pelo próprio poder público, que precisa se ajustar a essa nova realidade. Assim, a dificuldade deste município no que tange à gestão compartilhada está mais relacionada com a administração pública do que com a comunidade. Uma das dificuldades enfrentadas por este CEU depois de inaugurado e com o grupo gestor constituído foi a participação efetiva dos membros do poder público, que faltavam às reuniões e encaravam a instância deliberativa com menos seriedade que os membros da comunidade e sociedade civil organizada.

Segundo Willian Campos, em Maricá houve tensões relacionadas ao uso e ao pertencimento dos espaços do CEU, o que ele considera natural. De acordo com o gestor, hoje isso não mais acontece e o relacionamento com o CRAS é ótimo.

O gestor afirmou que existem muitas coisas que não são passíveis de resolução imediata, e que são levadas ao grupo gestor para deliberação, e que, além disso, há a figura dele como coordenador, que tem papel de mediação e por vezes de árbitro.

O gestor acredita na viabilidade de uma união do CEU com a área de educação, que possui mais recursos. Dessa forma, ele agregou a área de educação ao CEU trazendo as escolas da cidade para visitação, o que de acordo com a avaliação dele foi uma ótima a o, pois popularizou o espaço. O CEU de Maricá no momento do Seminário contava com 53 oficinas, e de acordo com o gestor os funcionários municipais atualmente têm desejo de trabalhar neste equipamento.

Após a apresenta o dos gestores, o debate foi aberto ao público. Em rela o   contrata o de pessoal, foram feitos os seguintes questionamentos   mesa: Como as prefeituras devem proceder para ter equipe para trabalhar nos CEUs? Para além da contrata o, como fica a questão da profissionaliza o dos profissionais de cultura, uma vez que embora tenha que se respeitar o voluntariado, o CEU   um equipamento que precisa de profissionais habilitados e capacitados em cada espaço? Além da questão de pessoal, foi levantada uma questão sobre os recursos financeiros para sustentabilidade dos CEUs.

Diversas questões sobre a etapa de mobilização social, sobre a criação e a dinâmica do grupo gestor e sobre o funcionamento dos equipamentos foram levantadas: a etapa de mobilização foi feita de forma direta ou indireta pelos municípios com representantes na mesa? Qual a melhor forma de implementar a mobilização (se por meio de terceirização, parcerias, ou com a condução do poder público e membros da UGL)? Como se deu o mapeamento das lideranças do território? As lideranças mapeadas foram incluídas no trabalho de mobilização? Como funcionam as reuniões do grupo gestor em termos de periodicidade e horários e como é a prática da gestão compartilhada no cotidiano? Como está a ocupação dos CEUs inaugurados, como funcionam as oficinas e como foi a organização e a captação de recursos para o início das atividades? Qual é a relação entre grupo gestor e Conselho Municipal de Cultura? Qual é o horário de funcionamento dos equipamentos inaugurados? Estes horários foram definidos pelo grupo gestor? Também foram dadas sugestões por parte da plateia de elaborar trabalhos em parcerias, a fim de suprir dificuldades financeiras e de pessoal, além da sugestão de sempre seguir as indicações e orientações da cartilha de mobilização social.

Já em relação às disputas locais pelos espaços e da relação com o CRAS, várias perguntas e relatos de experiências foram trazidos pelos participantes, como: um relato sobre atritos existentes com o CRAS por parte de um professor do CEU foi colocado junto com a sugestão de que fossem envolvidas instâncias acima do CRAS para solucionar o problema; uma pergunta sobre os CRAS que estão dentro dos CEUs, se são novos ou se migraram da comunidade para os CEUs; e diversas sugestões e relatos de experiências sobre o envolvimento do CRAS na etapa de mobilização, para que haja ao menos a compreensão dos objetivos do equipamento, mas também apropriação e engajamento.

Questões com temas como a violência cotidiana presente nas comunidades dos CEUs, o uso de drogas, os preconceitos e as vaidades políticas também vieram à baila: quais são as políticas indicadas para minimizar os impactos da violência e a influência do tráfico nas comunidades? Como trabalhar com jovens que usam drogas? Como trabalhar os preconceitos de quem chega nos CEUs, por exemplo com novos projetos? Como lidar com vaidades de artistas e com as vaidades políticas dos que chegam nos CEUs para autopromoção?

Outras sugestões foram feitas no momento de debate. Uma delas foi, no caso de cidades pequenas, que as informações fossem diretamente para o prefeito, porque embora as secretarias apareçam, no momento de oferecer pessoal e recursos financeiros elas recuam. Ainda neste sentido, foi dada uma sugestão de que seja realizada reunião com prefeitos para reforçar os compromissos e o papel da prefeitura, para garantia de pessoal e recursos. Outra sugestão foi a de continuidade da troca de experiências entre os CEUs, como por meio de um fórum de CEUs.

A gestora Márcia Ribeiro iniciou as respostas às perguntas. Em relação ao Conselho Municipal de Cultura, Márcia pontuou que embora eles não tenham sido envolvidos no processo de mobilização, a gestora os envolveu após a inauguração. Em relação à vaidade de artistas, não há em seu município, mas sim houve uma indignação pelo fato do equipamento cultural não estar localizado em uma zona mais central da cidade. Já a vaidade política é diferente, e deve haver um cuidado para que o CEU não seja usado para manifestações e promoção de especificidades.

Em relação ao CRAS, a gestora colocou que ele já estava instalado e migrou de outro bairro da cidade para lá antes da inauguração, o que contribuiu para a percepção de que os espaços eram do CRAS e gerou algum grau de dificuldade ao relacionamento. Já em relação à forma de execução da mobilização social, foi terceirizada, mas houve envolvimento ativo da equipe do município de Sete Lagoas, especialmente dos Secretários do Esporte, Cultura e Assistência Social. O horário de funcionamento do CEU de Sete Lagoas é discutido mensalmente pelo grupo gestor, para resultar em um quadro de atividades mensal divulgada para a comunidade.

Para Benedito da Silva, tanto as vaidades quanto os preconceitos são resolvidos por meio do diálogo e evidenciando-se o trabalho desenvolvido e sua importância para ganhar confiança e credibilidade. Em relação às políticas mais assertivas para tratar da violência e uso de drogas, o gestor colocou que é um grande desafio e que depende de pessoas emprenhadas e preparadas para lidar com os temas e fazer a interação dos CEUs com essas temáticas. Neste sentido os programas como os apresentados pelo Ministério da Justiça são um bom caminho, além de aumentar a participação da sociedade civil.

O Gestor Willian Campos explicou como é a questão de pessoal no CEU de Maricá. Há funcionários públicos, entretanto também há funcionários eventuais, como oficinairos e outros que vem trabalhar nos CEUs como resultado de parcerias, e que não ficam no CEU em tempo integral.

Em relação às estratégias de mobilização, o gestor pontuou que a mobilização e a gestão compartilhada são processos de construção permanentes. Já sobre a maneira de reunião do grupo gestor, o gestor considera que seria ideal ter reuniões mensais. Porém, não é possível estabelecer essa periodicidade, e as reuniões são organizadas por ele, agendadas e adequadas tendo com base uma consulta e a disponibilidade aos membros. Para essas reuniões deliberativas, há um quórum mínimo, e se existem problemas mais substantivos para serem debatidos, as reuniões ficam mais frequentes. O conselho do gestor aos demais CEUs é que o grupo gestor se reúna frequentemente especialmente no início das atividades.

A Coordenadora-Geral de Mobilização Social e Gestão, Isadora Tami, fez algumas colocações em relação às perguntas elaboradas pela plateia. Há necessidade de lembrar os prefeitos dos compromissos assumidos na época da contratação do programa, inclusive em relação à contratação de pessoal, e que periodicamente o Ministério da Cultura envia comunicações oficiais para os prefeitos para tratar dos assuntos concernentes aos CEUs.

Em relação aos recursos humanos, a coordenadora pontuou que embora a Lei de Responsabilidade Fiscal possa constranger a contratação de pessoal (especialmente a equipe fixa do CEU, que são os funcionários de cada espaço – bibliotecário, profissional de educação física, etc.), essa é uma resposta que deve ser dada pelo município. Porém há alternativas que estão sendo implementadas como deslocamento de servidores públicos aos CEUs por meio período, além das parcerias que garantem recursos humanos para projetos específicos.

Do ponto de vista do governo federal, há ainda os projetos piloto de ocupação do Ministério da Cultura e os projetos dos outros ministérios, que garantem recursos humanos para pautas e ações específicas, sem que sejam funcionários fixos do CEU.

Em relação à mobilização social a coordenadora ressaltou a importância da cartilha de mobilização, que está na segunda edição e que traz elementos para auxiliar os municípios neste processo.

2.2.2. Mesas Temáticas “Demonstração do uso do Sistema de Gestão” e “Estatuto do Grupo Gestor e Regimento Interno do CEU”.

Ainda na parte da manhã do segundo dia do Seminário, as mesas sobre o Sistema de Gestão e sobre o Estatuto do Grupo Gestor e Regimento interno do CEU foram apresentadas pela equipe da Coordenação de Mobilização Social e Gestão da Diretoria de Infraestrutura Cultural de forma consecutiva para posterior participação do público no debate de ambos os temas, que dizem respeito aos instrumentos para organização da gestão dos equipamentos.

A analista da Diretoria de Infraestrutura Cultural, Maetê Pedroso, iniciou a apresentação falando do sistema de Gestão, que é ao mesmo tempo uma ferramenta de gestão e monitoramento dos equipamentos para os municípios, e uma ferramenta de monitoramento e avaliação do Ministério da Cultura, que passa a ter maior conhecimento do que está acontecendo no conjunto dos CEU para pautar suas ações.

Após demonstrar o passo-a-passo do cadastramento pessoal e da vinculação do usuário com o CEU ao qual faz parte, a analista mostrou parte do sistema que estava no ar no momento do Seminário, ao mesmo tempo em que navegava pelo Sistema de Gestão apresentando o funcionamento de cada aba e seus objetivos: cadastramento de dados iniciais da prefeitura e dos CEUs; informações sobre a Unidade Gestora Local e o grupo gestor; informações sobre a mobilização social e o mapeamento dos atores locais; parcerias institucionais e Sistema Nacional de Cultura; informações sobre Recursos Humanos por espaço; e consulta e exportação dos dados de pessoas e instituições cadastradas.

Além disso, a expositora mencionou outras duas etapas de implantação do sistema, sendo uma mais voltada aos instrumentos de planejamento dos CEUs e outra voltada para os relatórios do sistema. A segunda etapa, que disponibiliza ferramentas para o planejamento dos CEUs, ainda não estava disponível para usuário, mas estava sendo finalizada e já era possível mostrar ao público no ambiente de desenvolvimento do sistema.

Esta segunda etapa possui o módulo para informações sobre os ambientes dos CEUs, em que o usuário pode informar a situação de recebimento, instalação e funcionamento dos equipamentos e mobiliário por espaço. Além disso, possui a parte de orçamento, em que o usuário pode informar o orçamento executado no ano e planejar o próximo exercício, contendo os itens infraestrutura, gastos de capital, recursos humanos e gastos com atividades.

Em relação ao planejamento e execução das atividades, há possibilidade de cadastramento de atividades de vários tipos, desde pontuais até contínuas, com repetição diária, semanal e mensal, bem como o objetivo das atividades, o público alvo, o público estimado, etc. A partir da programação das atividades, é possível visualizar e imprimir um calendário, inclusive por espaço, para ser afixado no CEU. Também é possível avaliar a execução da atividade, informando o público atendido, os valores gastos, incluir fotos e comentários.

A terceira etapa, ainda em fase de planejamento pelo ministério são os relatórios do sistema, que seriam desenvolvidos para fins de transparência e disponibilização ao público, para os próprios gestores dos CEUs, e para o Ministério da Cultura gerenciar os dados de todos os CEUs, pautando suas ações.

A mesa temática dos modelos de Estatuto do Grupo Gestor e Regimento Interno do CEU, que serão lançados por portaria, foi apresentada por Renato Schattan, também servidor da Coordenação de Mobilização Social e Gestão.

A Coordenadora Geral de Mobilização Social e Gestão, Isadora Tami, frisou que o Ministério produziu os modelos de documentos que organizam a gestão compartilhada e regulamentam o funcionamento dos CEUs e seus espaços, que serão lançados por portaria, para atender à demanda dos municípios que solicitam do Ministério da Cultura estes modelos.

“(...) o regimento interno se foca em descrever qual é a natureza de cada espaço do CEU, para a gente poder garantir que o uso de cada espaço não seja desvirtuado ao longo do tempo, (...) e o Estatuto do Grupo Gestor, que vai organizar a gestão compartilhada.”

O conceito do CEU, apresentado por Renato Schattan e presente tanto no corpo da portaria como nos dois modelos de documentos, define o CEU como um equipamento público estatal, instalado em áreas de vulnerabilidade social que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e qualificação, visando à integração das políticas nacionais de cultura e esporte, assistência social, justiça e trabalho e emprego, e agregando os sistemas nacionais existentes.

O Regimento Interno modelo dos CEUs é dividido basicamente em três capítulos centrais, que visam regular as atividades desenvolvidas, o uso dos espaços, e os direitos dos usuários. Assim, as atividades devem ser abertas ao público e gratuitas, podendo haver mecanismos para selecionar participantes das atividades, como lista de espera ou sorteio, se a demanda for maior que a oferta. Além disso, esse documento ressalta a natureza dos espaços do CEU, que devem ser usados para suas finalidades específicas, além do uso para fins de integração das políticas e ações locais. Em relação aos usuários, o documento registra que deve haver transparência das ações da gestão para acesso da comunidade, e que a comunidade deve zelar pelo equipamento e apoiar a gestão.

Já o Estatuto do Grupo Gestor regulamenta a estrutura, a composição, as eleições, as formas de atuação, competência e direitos e obrigações dos membros. O modelo do documento indica que os membros do grupo representantes da comunidade devem ser dos bairros do entorno dos CEUs, os da sociedade civil organizada devem representar temas de atuação diversificados, e os do poder público devem incluir no mínimo representantes da cultura, assistência social e esporte.

Em relação às eleições, recomenda-se eleição direta para os representantes da comunidade e da sociedade civil organizada e indicação do poder público local no caso dos representantes do poder público. Visando à integração das políticas de cultura, recomenda-se também que caso

haja pontos ou pontões de cultura no entorno ou no município, que eles tenham também cadeira garantida no grupo gestor.

Renato Schattan pontuou que o modelo de estatuto também institucionaliza maneiras de atuação do grupo gestor, por meio de reuniões ordinárias realizadas com periodicidade definida, além de reuniões extraordinárias e assembleias, e que todos os tipos de reunião devem ser abertos ao público.

Além disso, o grupo gestor deve zelar pelo espaço, participar das reuniões, deliberar sobre os assuntos concernentes ao CEU, divulgar atas de reuniões, definir eventos e atividades, entre outras obrigações e competências, incluindo alimentar o Sistema de Gestão e fazer o trabalho contínuo da mobilização social.

Após a apresentação dos dois temas, o público foi convidado a participar do debate. Em relação ao sistema, foram feitas as seguintes perguntas à mesa: qual será a avaliação dos dados do sistema pelo Ministério, pra além da produção de indicadores? O Ministério da Cultura vai verificar os problemas e o que está acontecendo nos CEUs por meio do sistema para fornecer auxílio aos municípios? Poderá haver duas pessoas do mesmo CEU cadastradas no Sistema? A parte de recursos humanos no Sistema é fechada para os que não estão inaugurados? É necessário colocar no sistema os membros antigos da UGL, ou é possível cadastrar apenas membros da UGL atual? Como fica a questão da lentidão do sistema e o fato de não salvar informações de endereçamento via mapa?

Em relação aos modelos de Estatuto do Grupo Gestor e de Regimento do CEU, foram feitas duas perguntas: quem já possui Estatuto do Grupo Gestor e Regimento Interno dos CEUs prontos, aprovados e publicados via decreto ou portaria terá que refazer os documentos? No caso dos pontos de cultura do município que não estão efetivamente trabalhando, estão desativados, como se daria a participação deles dentro do grupo gestor?

Além disso, questões sobre temáticas diversificadas discutidas ao longo do seminário também foram trazidas: há necessidade de se constituir CNPJ do CEU ou pode-se desenvolver as ações via Secretaria de Cultura? Para quem já utilizou os recursos de mobilização, como fazer para trazer representantes da sociedade civil nos próximos eventos? É possível criar uma associação ou sociedade dos amigos do CEU, por conta dos interessados em contribuir com o CEU que não fazem parte do grupo gestor? É possível ter acesso aos mapeamentos realizados pela DINC para que os municípios possam incluir no Sistema?

A servidora Maetê Pedrosa iniciou as respostas às perguntas dizendo que é comum que os primeiros usuários que estão se cadastrando no sistema observem problemas, e que na medida em que vão reportando isso ao Ministério da Cultura, identifica-se se o problema é estrutural ou se pode ser resolvido orientando o usuário.

Em relação à lentidão do sistema, a servidora mencionou que esse foi um problema identificado por muitos usuários e que foi encaminhado à seção de Tecnologia da Informação do Ministério da Cultura, sendo que já foi resolvido, e que se os usuários ainda tiverem problemas com isso devem voltar a reportar à equipe da Coordenação de Mobilização Social e Gestão.

Em relação às dificuldades mais específicas, foi disponibilizado o e-mail sistemaceus@cultura.gov.br, com a observação de que é importante que os usuários informem qualquer problema em relação ao sistema, especialmente os primeiros que estão tendo contato com ele, para que a equipe deixe o sistema redondo e sem problemas.

A Coordenadora Isadora Tami colocou, em relação ao CNPJ, que o Ministério da Cultura não entende que o CEU tenha que ter um CNPJ separado, uma vez que é um equipamento público municipal da administração direta, e que o orçamento deve ser colocado em uma ou mais secretarias. Além disso, respondeu que não é necessário substituir os documentos já elaborados, mas pode-se complementar e adequar a partir dos modelos de Estatuto e Regimento apresentados. Mencionou também que todos os mapeamentos estariam disponíveis no site dos CEUs depois do Seminário.

O servidor Renato Schattan respondeu à pergunta sobre o uso de dados do Sistema pelo Ministério da Cultura, observando que de fato o Sistema não serve apenas para gerar indicadores para transparência, mas também para apoiar os CEUs e pautar as ações por meio dos dados. Em relação aos pontos de cultura, Renato Schattan esclareceu que a ideia é trazer aos grupos gestores dos CEUs pontos de cultura que estejam em funcionamento. Em relação à criação de uma sociedade de colaboradores do CEU que não seja o grupo gestor, o servidor acredita que não é necessário, pois esses interessados em participar que não sejam do grupo gestor podem participar de reuniões e comissões do próprio grupo gestor.

2.2.3. Mesa Temática “Portaria 95/2014 – execução e prestação de contas da etapa de mobilização social”

A mesa sobre a Portaria nº 95 de 2014 foi apresentada pela Coordenadora-Geral de Mobilização Social e Gestão da Diretoria de Infraestrutura Cultural, na primeira mesa da parte da tarde do segundo dia de Seminário, com intuito de apresentar as mudanças e a simplificação das regras introduzidas por essa portaria no processo de prestação de contas dos recursos da mobilização social.

O objeto da nova portaria, que substituiu a Portaria nº 1 de 2012, continuou sendo a etapa de mobilização social, que é detalhadamente descrita na cartilha de mobilização social distribuída aos participantes, com orientações sobre como fazer a mobilização social, com modelos e ideais para a realização das oficinas.

A primeira mudança que a coordenadora mencionou foi a possibilidade de devolver parcialmente os recursos remanescentes da mobilização. Com a portaria revogada, caso o município não utilizasse parte dos recursos, o valor deveria ser devolvido integralmente.

A segunda mudança foi em relação ao orçamento de referência. Antes, só era possível variar os grandes itens e os subitens do orçamento em 30%, para mais ou para menos. Com a nova portaria, a variação mínima foi eliminada e variação máxima ficou em 50%, e ainda com possibilidade de remanejamento dos subitens.

Em relação ao item Seminários, ele não poderia ser eliminado e isto estava causando algumas dificuldades devido à oferta de Seminários. Os Seminários regionais de 2013 foram feitos apenas para metade das unidades da federação. Assim, com a nova portaria este item do módulo complementar pode ser remanejado.

Outra mudança apresentada pela coordenadora foi feita porque havia certa insegurança jurídica nas exigências de comprovação das oficinas pela portaria antiga, uma vez que o município deveria apresentar um relatório dizendo que as oficinas do módulo básico tinham sido realizadas, mas não havia documentos comprobatórios da realização, que foram incluídos pela Portaria nº 95.

Foi acrescentado também o Relatório de Execução Financeira (REF), para desagregar a comprovação física da comprovação financeira da etapa de mobilização social. Dessa forma, o relatório de execução das atividades (REA) será avaliado pelo Ministério da Cultura, e o REF pela Caixa Econômica Federal.

Além disso, anteriormente era necessário apresentar ao Ministério da Cultura um termo de referência passível de aprovação para início das oficinas de mobilização social. Agora, basta seguir as orientações da Cartilha de Mobilização Social, sem que seja necessário fazer um planejamento prévio para aprovação do ministério para implementação das oficinas.

A última alteração apresentada pela coordenadora é em relação ao prazo da prestação de contas. Anteriormente existia um prazo de dezoito meses a partir da liberação dos recursos da mobilização social para prestar contas, e com a nova portaria a prestação de contas deve ser feita em até sessenta dias após o término da vigência do termo de compromisso que os municípios assinaram.

A coordenadora também frisou que os objetos da mobilização social se mantêm: o mapeamento de lideranças; as oficinas de mobilização; e a constituição do grupo gestor – que fazem parte do módulo básico, obrigatório. Os recursos podem ser intercalados com recursos próprios, e ainda há o módulo complementar. De acordo com a gestora, o módulo complementar inclui: a participação de lideranças da comunidade em seminários, que não é um item obrigatório; a realização de oficinas complementares, por exemplo, para reforçar o processo de constituição do grupo gestor ou realizar alguma capacitação; e realizar oficinas de mobilização artística, inclusive com programação artística, que não era permitido pela portaria anterior.

A nova portaria possui os seguintes anexos: Anexo I, que são as orientações gerais; Anexo II, que é o termo de referência para o processo de mobilização, essencial para execução das oficinas; Anexo III, que é o modelo de relatório de execução de atividades, que deve conter atas, fotografias e listas de presença; e o Anexo 4, que é o relatório de execução financeira, relatório incluído na nova portaria que será enviado apenas para a Caixa Econômica Federal.

Há mais cinco documentos que devem ser anexados ao REA: cartas do Chefe do Poder Executivo Municipal endereçadas aos Conselhos que estejam operando no território, informando o calendário de atividades; declaração de execução do objeto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dizendo que as oficinas foram executadas; um parecer ou referendo do

Conselho que foi convidado; Lei Decreto ou Portaria Municipal de instituição do grupo gestor; e extrato de atualização dos últimos 30 dias do Sistema de Gestão.

Em relação ao fluxo da prestação de contas, existem três possibilidades esclarecidas pela coordenadora. A primeira, quando o município opta por fazer a mobilização social com recursos próprios, em que só deve encaminhar o REA e seus anexos ao Ministério da Cultura. A segunda, no caso da execução direta, a Caixa Econômica Federal libera os recursos para que os municípios os movimentem livremente para a execução das atividades, e além do REA há necessidade de apresentar o REF à Caixa Econômica Federal. Na terceira opção, ou seja, execução indireta, os recursos só são liberados após a aprovação da prestação de contas, que deve também incluir o REA e o REF.

Após a explicação dos fluxos da prestação de contas, houve abertura para o debate. Em relação à carta que deve ser enviada a um Conselho Municipal, e ao ateste do Conselho convidado, algumas perguntas foram feitas pelo público: se o processo de mobilização social foi concluído sem que se tenha enviado as cartas, como proceder com a prestação de contas? No caso do Conselho ter sido convidado informalmente e não ter comparecido às atividades de mobilização, como justificar isso na prestação de contas?

Em relação à utilização dos recursos da mobilização social, diversas perguntas foram feitas: o que pode ser feito com o saldo remanescente de recursos? O saldo remanescente de obra pode ser usado para a mobilização social? O recurso pode ser usado antes da mobilização social para treinamento da equipe que fará este trabalho? No caso da caixa repassar o recurso da mobilização social sem que tenha sido feita a opção pelo município, o recurso pode ser usado para obra ou deve ser devolvido? Se o município mesmo recebendo o recurso de mobilização social não tenha usado-o nas primeiras oficinas, pode utilizar nas demais, fazendo remanejamentos? Recursos remanescentes de oficinas finalizadas podem ser utilizados para participação em seminários?

Em relação aos municípios que finalizaram a mobilização antes da nova portaria, perguntou-se se a portaria tem efeito retroativo e qual é o fluxo para as prestações de contas já feitas e encaminhadas de acordo com a portaria antiga, ou como o município deve proceder, no caso de ter duas versões de prestação prontas, mas a Caixa Econômica local não querer receber a prestação novamente.

Sobre a realização das oficinas de mobilização social, perguntou-se se é possível substituir a equipe que realizou as primeiras oficinas e se é necessário ter certificado acadêmico dos profissionais da área artística que farão as oficinas de intervenção artística.

Uma pergunta feita por um membro da sociedade civil, que não teve conhecimento do processo de mobilização social realizado no CEU de sua comunidade, foi em relação à transparência. O participante afirmou que muitas pessoas da área da cultura ficaram de fora do processo, e perguntou como pode se dar a transparência no processo de mobilização e qual é o controle que o Ministério da Cultura tem em relação a essa transparência.

A Coordenadora-Geral de Mobilização Social e Gestão, Isadora Tami, frisou que embora alguns gestores tenham enviado a prestação de contas de acordo com as exigências antigas, muito

mais difíceis de serem cumpridas, o processo de análise a aprovação havia sido interrompido para o lançamento da nova portaria, sendo que todas as prestações de contas devem seguir o novo padrão, havendo necessidade de revisão por aqueles que já tinham feito.

Em relação às cartas que devem ser enviadas aos conselhos, a coordenadora esclareceu que para quem já executou o processo é possível que as cartas comuniquem os conselhos de que a mobilização social já ocorreu e quais foram seus resultados. O referendo do conselho também pode ser substituído por um referendo ou atestado de outro órgão público, no caso dos que já tinham sido inaugurados na data de publicação da nova portaria.

Quanto à utilização dos recursos, a coordenadora afirmou que se há saldo remanescente e a prestação de contas ainda não foi feita, é possível utilizar os recursos, realizando atividades do módulo complementar. No entanto os recursos devem ser usados apenas para atividades do módulo básico e complementar, não podendo ser utilizados para treinamento prévio da equipe que vai realizar as atividades de mobilização social.

No caso do município ter iniciado as atividades com recursos próprios, pode-se começar a utilizar os recursos para as atividades faltantes do módulo básico e para atividades adicionais do módulo complementar.

Ainda em relação aos recursos, a coordenadora afirmou que recursos remanescentes da mobilização social, ou que tenham sido repassados pela Caixa Econômica Federal aos municípios sem que tenha sido feita a opção, não podem ser utilizados na obra. Da mesma forma, recursos remanescentes da obra não podem ser utilizados para a mobilização social. Caso o município queria utilizar os recursos que chegaram mesmo sem ter feito a opção pelos recursos da mobilização social, devem notificar a Caixa Econômica que estão fazendo a opção pela utilização dos recursos já recebidos. Ainda, a coordenadora esclareceu que os recursos remanescentes da mobilização social podem ser usados para realização de atividades do módulo complementar, e recursos remanescentes da obra podem ser usados para realização de melhorias na obra.

Em relação ao fluxo da prestação de contas para os que fizeram baseados na portaria revogada, em primeiro lugar deve-se enviar a prestação baseada nas regras da Portaria nº 95 para o e-mail: contas.ceu@cultura.gov.br, e em meio físico para a Diretoria de Infraestrutura Cultural. A Diretoria avalia o REA e a Caixa Econômica avalia o REF, após aprovação do REA.

A coordenadora afirmou que a nova portaria vigente, que revoga a anterior, não vai exigir dos que já haviam preparado a prestação de contas no formato anterior que façam novamente, mas sim que façam uma complementação.

Em relação às oficinas de mobilização social, a coordenadora respondeu que é possível substituir a equipe que iniciou a mobilização social, e contratar artistas sem certificado acadêmico. Inclusive, currículos e certificados de profissionais não são exigidos na prestação de contas.

Por fim, em relação à transparência, a coordenadora frisou que é comum que a informação sobre a realização das oficinas de mobilização não chegue a todos, mas que o governo federal não tem controle sobre essa situação, embora incentive que sejam cumpridos os mecanismos

de transparência, como o envio das cartas aos conselhos municipais. Cabe também à comunidade procurar os responsáveis e a prefeitura para solicitar informações e revisões em processos de mobilização que não foram suficientemente abrangentes.

2.2.4. Mesa Temática – Atas Nacionais de Registro de Preço para aquisição de equipamentos e mobiliário

O Coordenador-Geral de Infraestrutura da Diretoria de Infraestrutura Cultural, Carlos Victor Freitas Moura, apresentou as Atas Nacionais de Registro de Preço para aquisição de equipamentos e mobiliário, instrumentos que passam a ser disponibilizados aos gestores, para os casos das licitações para aquisição de mobiliário e equipamentos que não obtiverem interessados em concorrer.

O coordenador informou que programa como um todo possui três etapas, quais sejam: obra da praça; aquisição dos equipamentos, mobiliário e acervo; e mobilização social. Em relação à etapa de aquisição, as operações apresentam quatro situações diferentes: licitação única (feita em conjunto com a obra); licitações para aquisição concluídas; licitações em andamento (fase interna ou externa); e licitações não iniciadas. No caso das licitações em andamento ou não iniciadas, entram as atas, que são uma forma de auxiliar os municípios que estão com dificuldades em fazer aquisição.

O coordenador explicou o que são atas nacionais de registros de preço, que são registros formais de preços para futuras aquisições, válidas por um determinado período. Na regulamentação sobre o tema, há a figura do órgão participante de compra nacional, que é o órgão da administração pública que em razão de participar de um projeto ou programa nacional é integrante do sistema de registro de preço.

Assim, o objetivo das atas nacionais de registro de preços desenvolvidas pelo Ministério da Cultura é auxiliar municípios com dificuldades para encontrar determinados equipamentos em seus municípios ou regiões. Para impulsionar os números de operações com a fase de aquisição concluída, foram elaboradas cinco atas diferentes, por tipo de especificidade de materiais e com preços diferenciados por região. São elas as atas de: livros; equipamentos cênicos; materiais esportivos; áudio e vídeo; e mobiliário. A adesão às atas pode ser integral ou por item específico.

A ata de livros foi finalizada e está disponível, tendo diversas solicitações de adesão, e várias solicitações já aprovadas. A ata de equipamentos cênicos também foi finalizada e está disponível, tendo vários pedidos de adesão e vários respondidos e aprovados. A ata de materiais esportivos também foi finalizada e está disponível, porém ainda sem solicitações de adesão. A ata de áudio e vídeo está na fase final do pregão, com previsão para ser disponibilizada em janeiro de 2015, assim como a ata de mobiliário.

De acordo com o coordenador, para aderir a uma ata o município deve enviar ofício a Diretoria de Infraestrutura Cultural fazendo a solicitação, com assinatura do prefeito ou secretário municipal. É preciso especificar o número da ata e os lotes e itens desejados, já que é possível fazer adesão ao lote todo ou a itens específicos.

Como instrução para compor o processo administrativo interno de cada prefeitura em relação às atas, o coordenador sugere que constem deste processo: cópia do edital do pregão; justificativa quanto à vantagem da adesão à ata de registro de preço ao invés da licitação – que pode ser a economicidade, com comprovação de pesquisas de pelo menos três orçamentos com frete, ou as licitações fracassadas, que também devem apresentar comprovação; ofício da Diretoria de Infraestrutura Cultural aprovando a adesão; a nota de empenho; e o contrato com a empresa que ganhou o pregão.

Sobre inauguração dos CEUs, o coordenador explicou que o município tem que informar por meio de um ofício à Diretoria a previsão de inauguração, com antecedência mínima de 30 dias, tendo como anexo o relatório de execução da obra e das aquisições. A data de inauguração, no entanto é decisão do município, assim como a decisão de mandar convite ao gabinete do Ministro.

Após a explanação, o debate foi aberto, e as seguintes perguntas foram direcionadas à mesa: o que fazer no caso de um equipamento indicado com marca e modelo específico que não existe mais no mercado? No caso de um equipamento ser mais caro do que a planilha de referência, é possível comprar o equipamento com rendimentos da obra? Se a planilha que o município envia como referência à Caixa Econômica Federal estiver com preços mais baixos do que o preço das atas, o que deve ser feito? Quando há aumento de preços e nota-se que há defasagem em relação à planilha de referência, a diferença deve entrar nos custos de contrapartida? E como formalizar o aumento de contrapartida? Em relação à licitação única, é possível rescindir o contrato com a empresa licitada apenas em relação à aquisição de equipamentos e mobiliário? Pode-se usar rendimentos da obra para aquisição de equipamentos e, caso sim, a Caixa Econômica Federal poderia ser notificada dessa possibilidade? O município tendo autonomia para adaptar o projeto de referência, no momento da fiscalização a Caixa Econômica pode glosar itens substituídos? Pode-se colocar filme, película ou cortina nas janelas?

Em relação às especificações da obra e aos itens de mobiliário e equipamento do projeto de referência, o coordenador esclareceu que sendo o projeto um projeto de referência, os municípios podem fazer adequações e desenvolver seu projeto próprio, adaptado a sua região e a sua realidade local, tendo o município autonomia para fazer adequações, por exemplo, no projeto elétrico, ou em equipamentos como computadores, que desde a elaboração do projeto de referência ficaram defasados. O município também tem autonomia para colocar películas e cortinas nas janelas.

Além disso, rendimentos e eventuais saldos podem ser utilizados para aumentar o número de livros e comprar itens não previstos, como instrumentos musicais. No entanto, tanto para modificações na obra quanto nas aquisições, deve-se enviar uma reprogramação à Caixa Econômica Federal, que deve ser informada sobre trocas e substituições.

No caso dos valores informados pelo município no plano enviado como referência à Caixa Econômica Federal estarem defasados, o coordenador informou que também deve ser enviada uma reprogramação do plano à Caixa Econômica, com a justificativa de que os valores estão defasados.

Em relação aos rendimentos e às contrapartidas dos municípios, o coordenador Carlos Victor informou que, os rendimentos e saldos das obras e da aquisição de equipamentos podem ser usados cobrir o aumento de preços, sendo que saldos e rendimentos de obras também podem ser usados para aquisição de equipamentos e vice-versa. A Caixa Econômica já está ciente de que isso pode ser feito.

Caso não haja saldos ou rendimentos suficientes para cobrir a defasagem ocasionada pelo aumento de preços, o coordenador informou que pode haver o aumento dos custos de contrapartida. A contrapartida deve ser formalizada com um aditivo ao contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal, com o pedido de reprogramação e a justificativa de que os itens foram ajustados pela atualização dos preços e, com a reprogramação, o valor que estiver acima da programação anterior pode vir da contrapartida, saldos ou rendimentos.

2.2.5. Conversa sobre o Sistema Nacional de Cultura e sobre a criação de uma rede de gestores dos CEUs

Após o debate das mesas temáticas, o secretário de Políticas Culturais do MinC, Américo Córdoba, apresentou o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

Américo lembrou que no Plano existe a meta de, até 2020, existirem no país 800 CEUs inaugurados. A primeira seleção, de 2010, habilitou 401 propostas, das quais 342 estão em execução no momento.

O Secretário falou também da plataforma digital do Plano, que se encontra no endereço eletrônico pnc.culturadigital.br, onde pode-se acompanhar todas as 53 metas do Plano. Além da meta da própria construção dos CEUs, o Secretário frisou que os gestores dos equipamentos estão contribuindo com metas de circulação e de produção cultural, nas metas ligadas à economia criativa, na meta dos mestres da cultura tradicional, etc.

“São uma série de metas em que os CEUs são responsáveis por essa execução. E de novo, o Plano Nacional de Cultura não é um plano do Ministério da Cultura, o Plano Nacional da Cultura é um plano do nosso pacto federativo, que é regido pelo Sistema Nacional de Cultura”.

O Secretário também convidou os gestores presentes no Seminário a entrarem no Registro Aberto da Cultura, que é um cadastro focado em geolocalização, e que integrará e servirá para troca de informações municipais, estaduais e do governo federal. O endereço eletrônico para o cadastro é sniic.cultura.gov.br.

“Qualquer atividade, qualquer artista que estiver dentro do CEU, qualquer professor de artes que estiver dentro do CEU, qualquer gestor, qualquer ponto de cultura, qualquer mestre da cultura popular, qualquer professor de dança, de música, enfim, pode se cadastrar.”

Após a fala do Secretário de Políticas Culturais, diversos gestores fizeram colocações no sentido de criar e fortalecer uma rede de gestores dos CEUs consistente, envolvendo tanto os gestores e comunidades dos CEUs, quanto o poder público, principalmente as ações e programas dos ministérios parceiros dos Centros de Artes e Esportes Unificados.

Uma ideia levantada foi de desenvolver uma plataforma, para além da página que já existe no facebook, na qual possam ser compartilhadas experiências de gestão, dúvidas e as soluções encontradas em cada CEU para responder os desafios da gestão compartilhada, da escassez de recursos e de mão de obra nos municípios, bem como promover circulação de conteúdos e programação entre os CEUs.

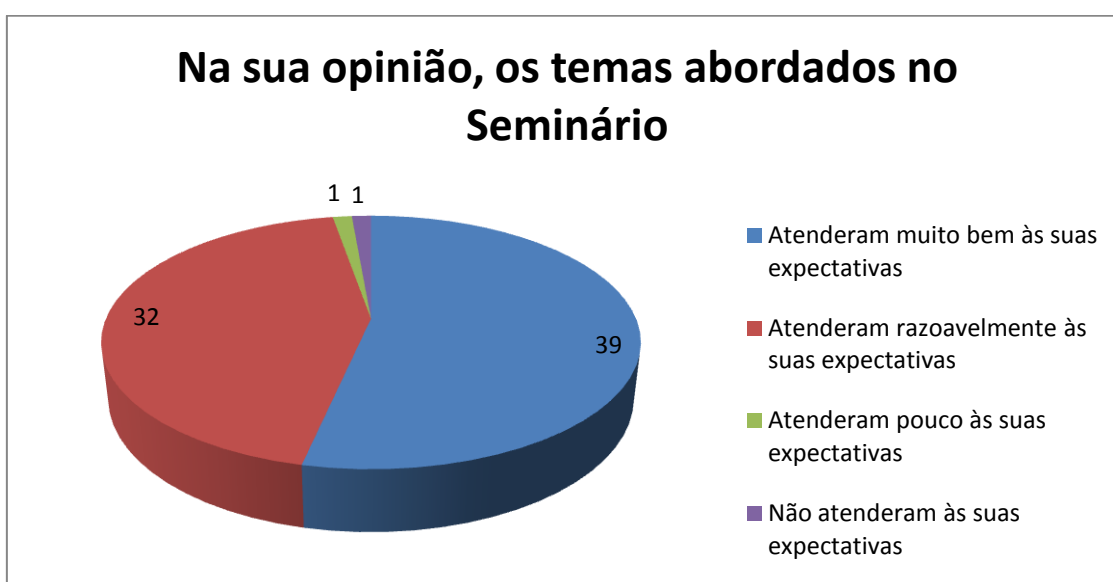
3. AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO PELOS PARTICIPANTES

Após a realização, os participantes foram convidados a responder um questionário de avaliação on-line sobre os temas abordados, a dinâmica, a estrutura e a organização adotadas no Seminário Nacional de Capacitação para Gestores e Comunidades dos CEUs.

Ao todo, foram preenchidos inteiramente ou em parte 82 questionários (o Seminário contou com participação de aproximadamente 300 pessoas), sendo que 3 questionários não tiveram seus respondentes identificados e 5 pessoas responderam ao questionário mais de uma vez².

Em relação aos temas abordados, a maior parte dos respondentes (53,4%) considerou que eles atenderam muito bem às expectativas, e mais de 40% consideraram que os temas atenderam razoavelmente às expectativas, resultando na quase totalidade dos respondentes situando-se nos dois pontos mais altos da escala de avaliação.

Gráfico 1: Avaliação dos temas abordados³

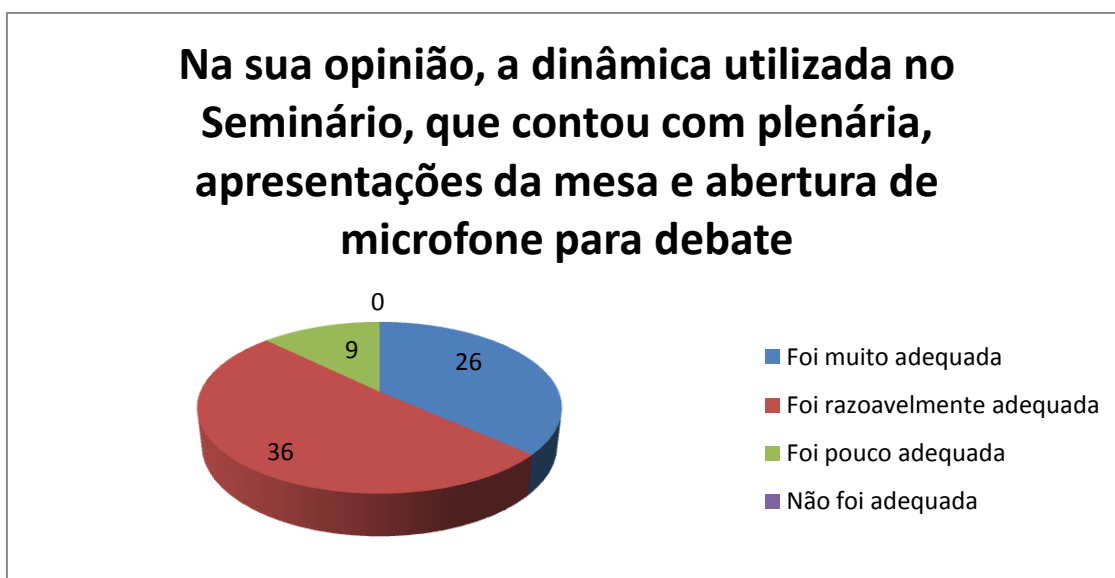


Em relação à dinâmica adotada, a maior parte dos respondentes (50,7%) situou-se no segundo ponto da escala de avaliação, ou seja, considerou a dinâmica “razoavelmente adequada”. Se comparado ao anterior (temas), nota-se também que este quesito recebeu mais avaliações negativas, embora a proporção seja pequena: 12,7% consideraram a dinâmica do Seminário “pouco adequada”.

² Foram computadas as respostas de questionários enviados até o dia 30/12/2014. Avaliações posteriores não estão contidas neste relatório.

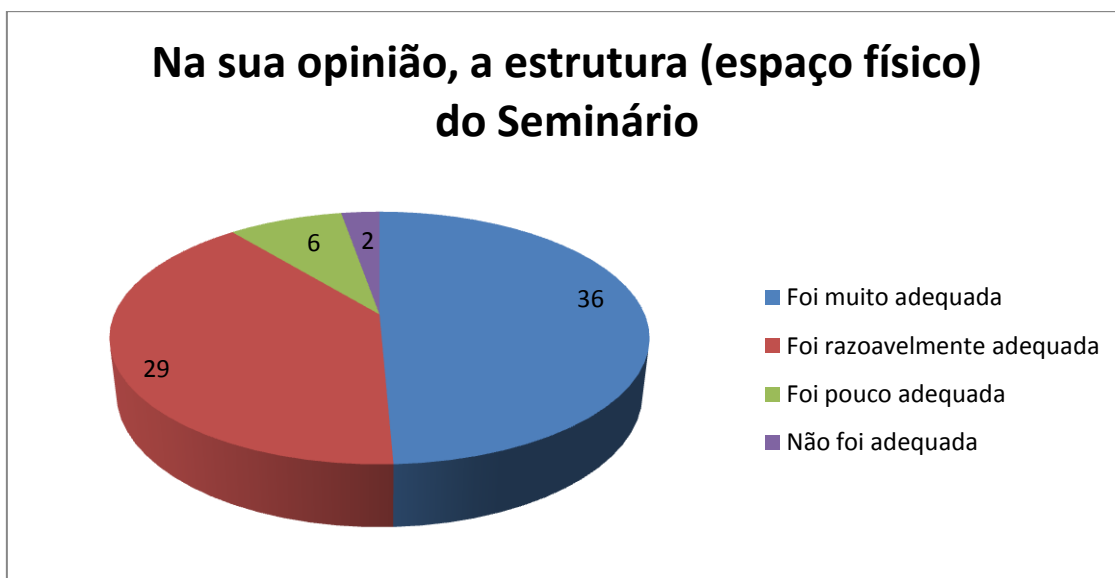
³ Em todos os gráficos com as respostas às perguntas fechadas (1 ao 4), o total de respondentes não corresponderá ao total de questionários preenchidos, pois foram desconsideradas as respostas dos que assinalaram mais de uma opção para mesma pergunta, as respostas duplicadas do mesmo respondente, e os questionários sem identificação.

Gráfico 2: Avaliação da dinâmica adotada



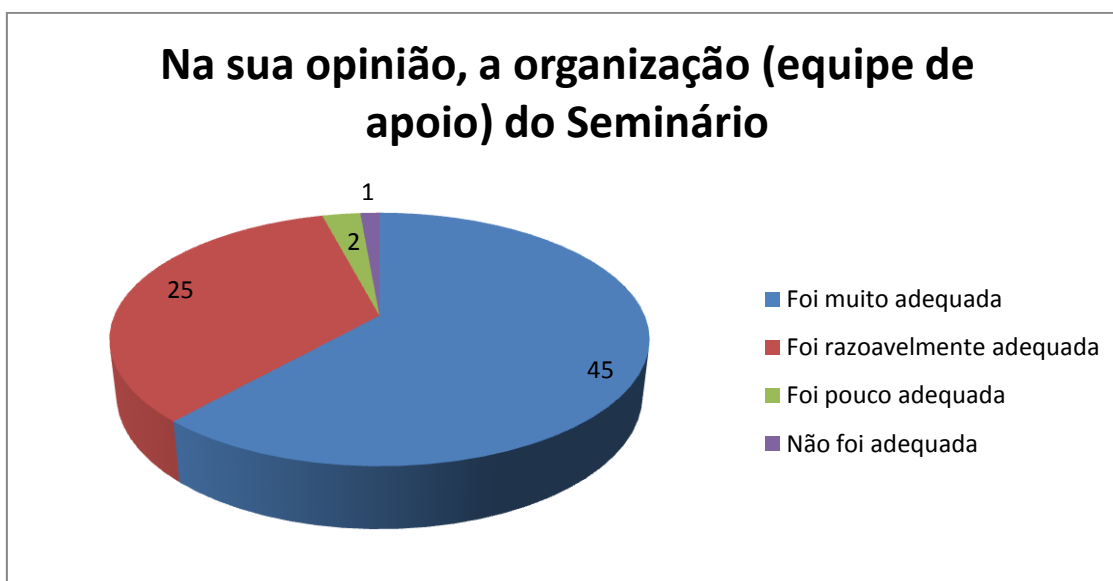
Quando perguntados sobre a estrutura do Seminário, quase 90% dos respondentes consideraram que ela foi muito ou razoavelmente adequada, e quase 11% dos respondentes consideraram a estrutura pouco ou nada adequada.

Gráfico 3: Avaliação da estrutura (espaço físico) utilizada



O aspecto que foi avaliado com a maior proporção de respondentes escolhendo o ponto máximo da escala foi a organização (equipe de apoio) do Seminário. Mais de 60% consideraram que a organização foi muito adequada, seguidos dos que consideraram que a organização foi razoavelmente adequada (cerca de 35%).

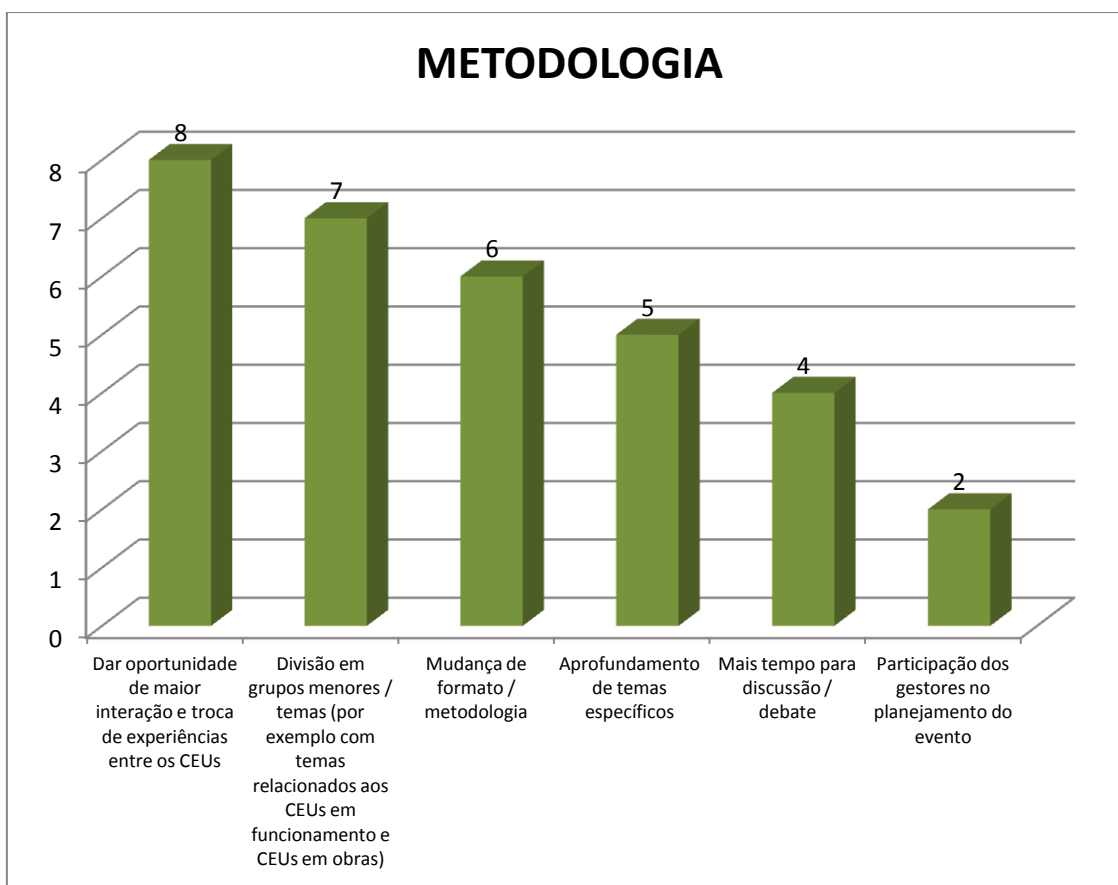
Gráfico 4: Avaliação da organização (equipe de apoio) do Seminário



Por último, os participantes foram convidados a dar sugestões para os próximos encontros, por meio de uma pergunta aberta. Responderam à questão 65 participantes do Seminário. Destes, 49,2% deram sugestões relacionadas à metodologia do evento.

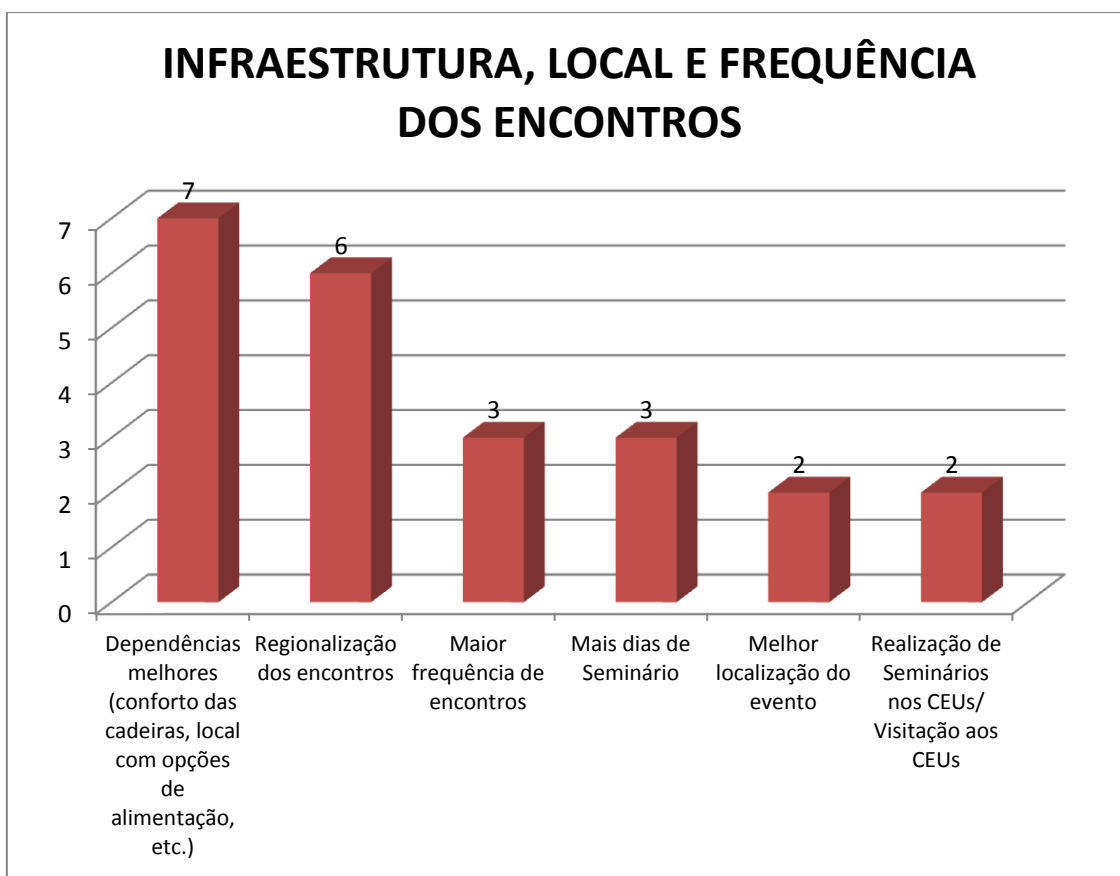
Neste grupo de sugestões, a maior parte (12,3%) está relacionada ao aumento da oferta de oportunidades de interação entre os CEUs. A divisão da plenária em grupos menores, por tema, interesse ou por etapa de implementação do projeto, também foi uma das sugestões que mais teve destaque no que tange à metodologia do Seminário (10,8%).

Gráfico 5: Sugestões dos participantes relacionadas à metodologia do Seminário – quantidade de menções



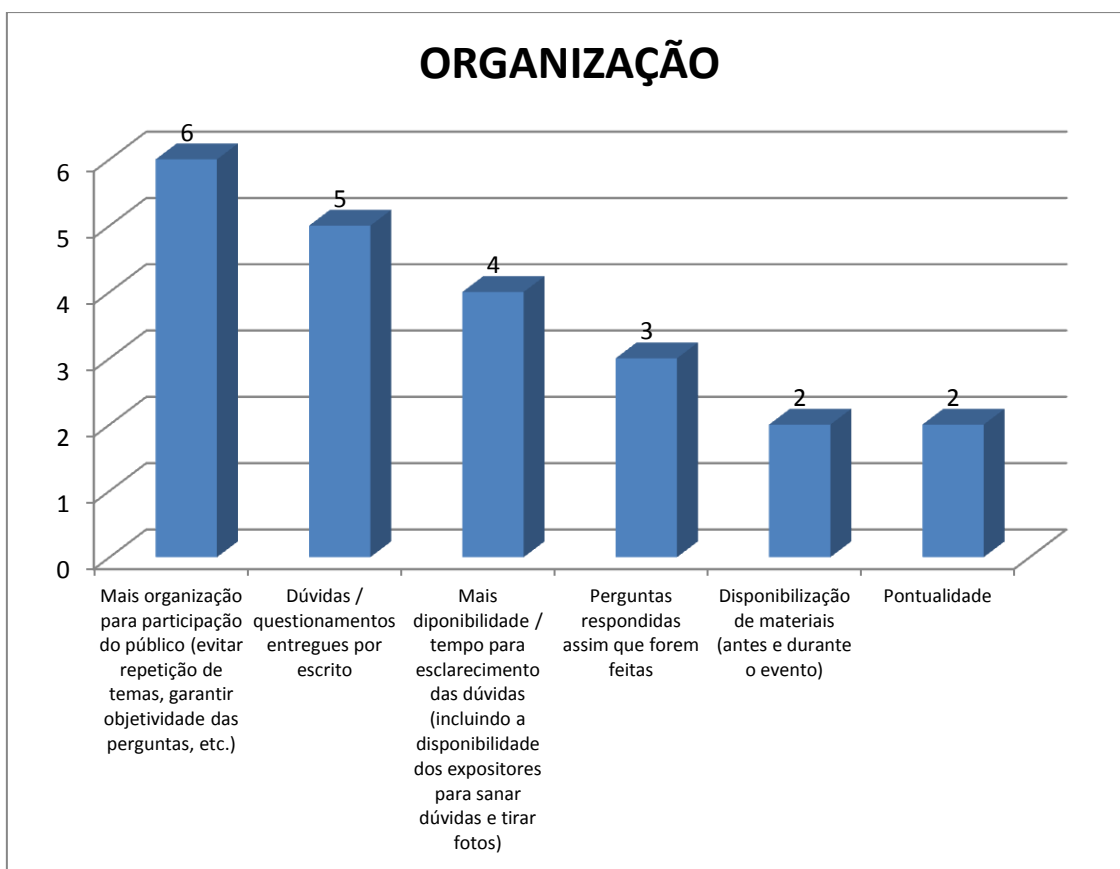
Uma parcela significativa dos 65 respondentes desta questão também deu sugestões quanto à infraestrutura do evento, à frequência dos encontros e ao local de realização (35,4%). A maior parte dessas sugestões (10,8%) está relacionada às dependências do evento, com menções como conforto do ambiente e mais opções de alimentação. Em segundo lugar, as sugestões estão relacionadas à realização de encontros regionais, o que foi mencionado por 9,2% dos respondentes. Em terceiro lugar, 4,6% dos respondentes sugeriram mais encontros e a mesma proporção sugeriu mais dias de Seminário, demonstrando que a duração e a frequência dos Seminários não são satisfatórias para eles.

Gráfico 6: Sugestões dos participantes relacionadas à infraestrutura, local e frequência dos encontros – quantidade de menções



Cerca de 34% dos respondentes deram sugestões relacionadas à organização do evento, sem no entanto propor mudanças metodológicas ou de formato. A maior parte destas sugestões está relacionada à organização da participação do público em momentos de debate e esclarecimento de dúvidas, como pode-se observar no Gráfico 7. Também há menções sobre pontualidade das mesas e disponibilização de materiais antes e durante o evento.

Gráfico 7: Sugestões dos participantes relacionadas à organização do evento – quantidade de menções



Ademais, 15,4% dos participantes fizeram sugestões sobre outros temas diversificados, como por exemplo: realização de atividades programadas de cunho interativo/ turístico entre participantes (duas menções); haver transparência em relação aos projetos a serem desenvolvidos nos CEUs (duas menções); e haver custeamento de oficinas e atividades multiculturais (uma menção).